



Lei nº 731/2020, de 28 de outubro de 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 41, INCISO I, COMBINANDO COM ART. 43, §1º, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA APROVA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor total de R\$ 49.135,00 (quarenta e nove mil e cento e trinta e cinco reais), conforme abaixo descrito.

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Valor	Ficha
0802.103011823.2043	3.3.90.39.00000	18	R\$ 49.135,00	148
TOTAL			R\$ 49.135,00	

Art.2º- A Fonte de Recurso no valor de R\$ 49.135,00 (quarenta e nove mil e cento e trinta e cinco reais) advirá de Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, oriundo de repasse Fundo a Fundo provenientes de créditos extraordinário em ação de enfrentamento da emergência de saúde nacional ao Coronavírus (COVID-19) - Portaria nº 2.222 de 25/08/2020, transferência financeira recebida pelo Fundo Municipal de São João da Barra para custeio das ações e serviços públicos de saúde da Atenção Básica desta municipalidade, cuja receita classifica-se como Custeio fonte 18.

Art.3º- Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as adequações necessárias no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, para compatibilização das alterações presentes nesta Lei.

Art.4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João da Barra, 28 de outubro de 2020.

Alexandre Rosa Gomes
Vice-Prefeito
(Prefeito em exercício)